

Tibagi Energia SPE S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, ao Conselho e à Administração da
Tibagi Energia SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tibagi Energia SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tibagi Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção à nota explicativa nº 3 (c) às demonstrações contábeis da Companhia, que apresenta erro nos valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto na norma brasileira NBC TG 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O-3



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022

A Administração da Tibagi Energia SPE S.A. (“Companhia”), em cumprimento às determinações legais, apresenta aos seus acionistas, para apreciação em Assembleia Geral Ordinária, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Comercialização: Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, firmados no âmbito do Leilão nº 03/2015, no montante total de 19 MW médios, equivalentes a 90,5% da Garantia Física, continuam em vigor, tendo por preço R\$ 302,02/MWh. Para tal montante, a Companhia aderiu à Repactuação do Risco Hidrológico na modalidade SP100 suportando, em contrapartida, o pagamento do respectivo prêmio de repactuação. O Montante descontratado de 2 MW médios foi negociado ao longo do ano no mercado livre, conforme política definida pela Companhia. A receita operacional bruta do exercício de 2022 foi de R\$ 55,283 milhões superior em 10,23% ao apurado no exercício de 2021 (R\$ 50.152 milhões).

Meio Ambiente: Todas as licenças ambientais necessárias às atividades da Companhia, seguem válidas, vigentes e eficazes, estando todos os compromissos ambientais previstos para o exercício de 2022 devidamente atendidos.

Seguros: A Companhia mantém a contratação de seguro para suas operações. Os valores segurados têm por base o laudo de avaliação dos ativos emitido por terceiro independente.

Operação e Manutenção: A operação da usina segue comandada remotamente, a partir do centro de operações do Grupo Brasil PCH. Já a rotina de manutenções e operação local, quando necessária, seguem à cargo do corpo próprio de empregados da Companhia.

Endividamento: A Companhia efetivou em julho/2019 a primeira emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única. Em 31.12.2022 o saldo devedor apurado foi de R\$ 245,5 milhões superior ao do exercício de 2021 (R\$ 242,8 milhões).

Resultado do Exercício: No exercício de 2022, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 6,7 milhões, contra prejuízo acumulado no exercício de 2021 da ordem de R\$ 4,9 milhões, motivado, principalmente, pelo aumento de faturamento da ordem de R\$ 5,1 milhões, bem como a redução dos efeitos do resultado financeiro em 2022.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer aos acionistas, empregados, fornecedores e agentes do Setor Elétrico, que contribuíram para o êxito das atividades da Companhia ao longo do exercício social de 2022.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2023.

A Administração.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado) (Nota 3.c)	01/01/2021 (reapresentado) (Nota 3.c)	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado) (Nota 3.c)	01/01/2021 (reapresentado) (Nota 3.c)
ATIVO CIRCULANTE					PASSIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.184	6.973	6.973	Fornecedores	12	4.202	3.788	3.788
Aplicações financeiras	7	48.135	42.388	42.388	Debêntures	13	17.038	15.575	16.215
Contas a receber de clientes	8	6.956	6.179	6.179	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		218	-	-
Impostos a recuperar		206	769	769	Impostos, contribuições e taxas a recolher		937	1.053	1.053
Despesas antecipadas		658	538	538	Dividendos a pagar		1.995	1.747	-
Outros ativos circulantes		183	-	-	Provisões para compromissos futuros	14	1.946	3.938	3.938
Total dos ativos circulantes		60.322	56.847	56.847	Outros passivos		768	1.296	1.296
					Total dos passivos circulantes		27.104	27.397	26.290
ATIVO NÃO CIRCULANTE					PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Depósito Judicial		15	-	-	Debêntures	13	220.292	218.428	226.594
Imobilizado	9	196.222	201.886	210.692	Provisões para compromissos futuros	14	-	1.041	1.041
Intangível	10	3.069	3.634	3.634	Total dos passivos não circulantes		220.292	219.469	227.635
Total dos ativos não circulantes		199.306	205.520	214.326					
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social	16	11.752	19.752	19.752
					Reserva de capital	16	-	1.153	2.900
					Reserva de lucros	16	480	-	-
					Prejuízos acumulados	16	-	(5.404)	(5.404)
					Total do patrimônio líquido		12.232	15.501	17.248
TOTAL DOS ATIVOS		259.628	262.367	271.173	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		259.628	262.367	271.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	17	51.515	46.820
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA	18	(15.197)	(12.443)
LUCRO BRUTO		<u>36.318</u>	<u>34.377</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	18	(4.054)	(4.549)
Outras receitas	18	-	116
		<u>(4.054)</u>	<u>(4.433)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>32.264</u>	<u>29.944</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	19	(27.678)	(34.863)
Receitas financeiras	19	5.786	2.346
		<u>(21.892)</u>	<u>(32.517)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>10.372</u>	<u>(2.573)</u>
Corrente	20	(3.646)	(2.358)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>6.726</u>	<u>(4.931)</u>
Resultado por ação ordinárias básico e diluído - R\$	23	0,138	(0,168)
Resultado por ação preferenciais básico e diluído - R\$	23	0,659	0,718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	6.726	(4.931)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>6.726</u>	<u>(4.931)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucro/Prejuízo acumulado	Total
				Reserva Legal	Dividendos adicionais propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		29.752	2.900	-	-	(473)	32.179
Dividendos especiais preferenciais	16 (b)	-	(1.747)	-	-	-	(1.747)
Redução de capital		(10.000)	-	-	-	-	(10.000)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(4.931)	(4.931)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (reapresentado) (Nota 3.c)		<u>19.752</u>	<u>1.153</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.404)</u>	<u>15.501</u>
Redução de capital	16 (a)	(8.000)	-	-	-	-	(8.000)
Compensação de prejuízo acumulado com saldo de reserva de capital	16 (a)		(1.153)			1.153	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	6.726	6.726
Destinações:							
Reserva legal		-	-	124	-	(124)	-
Dividendos especiais preferenciais	16 (b)	-	-	-	-	(1.407)	(1.407)
Dividendos mínimos ações ordinárias	16 (b)	-	-	-	-	(588)	(588)
Dividendos adicionais propostos	16 (b)	-	-	-	356	(356)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>11.752</u>	<u>-</u>	<u>124</u>	<u>356</u>	<u>-</u>	<u>12.232</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado) (Nota 3.c)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		10.372	(2.573)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	18	5.617	5.875
Atualização financeira sobre compromissos futuros	13	592	-
Encargos financeiros sobre debêntures	12 e 18	26.173	34.747
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas		(4.784)	(2.338)
Baixa do imobilizado e intangível	10, 11 e 24	954	4.138
Reversão de provisão socioambiental		-	(122)
Apropriação do custo de transação de debêntures	13	639	
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	8	(777)	(742)
Impostos a recuperar		563	(13)
Despesas antecipadas		(120)	63
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores	11	334	(3.380)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		218	1.569
Impostos, contribuições e taxas a recolher		(406)	
Outras contas a pagar		(528)	(349)
Outros fluxos de caixa de atividades operacionais:			
Juros pagos sobre debêntures	12	(12.705)	(11.862)
Impostos de renda e contribuição social pagos		(2.862)	(1.195)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>23.280</u>	<u>23.818</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		(1.612)	(5.190)
Pagamento de gastos socioambientais	13	(2.967)	(1.776)
Aplicações financeiras vinculadas		(963)	(129)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(5.542)</u>	<u>(7.095)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Redução de capital	15	(8.000)	(10.000)
Pagamento de principal de debêntures	13	(10.780)	(8.588)
Pagamento de dividendos preferenciais	15	(1.747)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>(20.527)</u>	<u>(18.588)</u>
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(2.789)</u>	<u>(1.865)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.973	8.838
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4.184	6.973
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(2.789)</u>	<u>(1.865)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tibagi Energia SPE S.A. ("Companhia" ou "Tibagi") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de julho de 2015, tendo por objeto social o desenvolvimento, a construção, a operação, a manutenção, de uma Central Hidrelétrica no Rio Tibagi, Bacia do Paraná, Município de Tibagi, no Estado do Paraná ("UHE Tibagi Montante"), bem como a geração e comercialização de energia elétrica. Sua sede administrativa está localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e sua filial, a UHE Tibagi Montante, está localizada na cidade de Tibagi, Estado do Paraná.

Para explorar o potencial da UHE Tibagi Montante como produtora independente de energia elétrica, a Companhia obteve a autorização do Ministério de Minas e Energia ("MME"), por meio da Portaria nº 486/2015, que permite o funcionamento da usina como UHE pelo prazo de 35 anos, podendo ser prorrogada por trinta anos adicionais nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017.

Após a conclusão da fase de construção e implantação da UHE Tibagi Montante, a Companhia iniciou sua operação comercial no último trimestre de 2019, tendo a primeira unidade geradora sido autorizada pela ANEEL em 5 de outubro de 2019, a segunda em 14 de novembro de 2019 e a terceira em 6 de dezembro de 2019, por meio dos despachos nº 2750/2019, 3174/2019 e 3401/2019, respectivamente.

Para comercialização da energia gerada, a Companhia firmou contratos de compra e venda de energia de longo prazo, conhecidos como Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"). O CCEAR é um contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e respectiva potência associada, celebrado entre o agente vendedor e o agente de distribuição no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"), como resultado da participação desses agentes nos leilões de energia elétrica organizados para os empreendimentos de geração de energia já existentes e para os novos empreendimentos.

No ano de 2015, no âmbito do Leilão 04/2015, a Companhia firmou CCEARs, na modalidade de quantidade de energia, para o montante de 19MW médios, cujo suprimento da energia vendida teve início em 1/1/2020. O preço de venda da energia contratada no leilão foi de R\$209,50/MWh referenciado ao mês abril de 2015. Esse preço de venda é atualizado anualmente pelo IPCA, tendo como referência o mês de janeiro de cada ano.

Além disso, 1,2MW médios adicionais foram comercializados no âmbito do Leilão 04/2019, tendo como início do suprimento da energia vendida previsto para janeiro de 2025, ao preço de R\$157,08MWh, referenciado a outubro/2019 e atualizado anualmente pelo IPCA, sempre no mês de janeiro de cada ano.

Com relação aos aspectos regulatórios, a Companhia repactuou o risco hidrológico na modalidade SP100, conforme Despacho ANEEL 3256/2019 e, como consequência, em janeiro/2020, a Companhia começou a pagar o prêmio de repactuação do risco hidrológico, aplicado sobre o montante de 19MW médios comercializados no ACR, no valor de R\$21,41/MWh, referenciado ao mês de janeiro de 2019.

2. IMPACTOS COVID-19

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem “impairment” de seus ativos, descontinuidade operacional, ou que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Eles são classificados como circulantes quando esperado que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Reapresentação das demonstrações financeiras

Após a autorização para emissão das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou determinados ajustes nessas demonstrações financeiras, em decorrência dos assuntos mencionados a seguir, e procedeu à reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros (equivalente a norma internacional IAS 8 – “Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Erros” e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras (equivalente a norma internacional IAS 1 – “Presentation of Financial Statements”). Os efeitos nos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2021 podem ser assim apresentados conforme quadros abaixo.

Ajustes realizados no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021:

		31/12/2021			01/01/2021		
ATIVOS	Nota explicativa	Originalmente apresentado	Ajustes	(Reapresentado)	Originalmente apresentado	Ajustes	(Reapresentado)
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.973	-	6.973	8.838	-	8.838
Aplicações financeiras	7	42.388	-	42.388	42.259	-	42.259
Contas a receber de clientes	8	6.179	-	6.179	5.437	-	5.437
Impostos a recuperar		769	-	769	756	-	756
Despesas antecipadas		538	-	538	601	-	601
Total dos ativos circulantes		56.847	-	56.847	57.891	-	57.891
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Imobilizado	9	210.692	(8.806)	201.886	214.505	(9.307)	205.198
Intangível	10	3.634	-	3.634	2.981	-	2.981
Total dos ativos não circulantes		214.326	(8.806)	205.520	217.486	(9.307)	208.179
TOTAL DOS ATIVOS		271.173	(8.806)	262.367	275.377	(9.307)	266.070
		31/12/2021			01/01/2021		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Originalmente apresentado	Ajustes	(reapresentado)	Originalmente apresentado	Ajustes	(reapresentado)
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores	11	3.788	-	3.788	7.168	-	7.168
Debêntures	12	16.215	(641)	15.574	8.661	(641)	8.020
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	-	-	679	-	679
Impostos, contribuições e taxas a recolher		1.053	-	1.053	-	-	-
Dividendos a pagar	14	-	1.747	1.747	-	-	-
Provisões para compromissos futuros	13	3.938	-	3.938	3.130	-	3.130
Outros passivos		1.296	-	1.296	1.625	-	1.625
Total dos passivos circulantes		26.290	1.106	27.396	21.263	(641)	20.622
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Debêntures	12	226.594	(8.165)	218.429	219.851	(8.666)	211.185
Provisões para compromissos futuros	13	1.041	-	1.041	2.084	-	2.084
Total dos passivos não circulantes		227.635	(8.165)	219.470	221.935	(8.666)	213.269
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	14	19.752	-	19.752	29.752	-	29.752
Reserva de capital	14	2.900	(1.747)	1.153	2.900	-	2.900
Prejuízos acumulados	14	(5.404)	-	(5.404)	(473)	-	(473)
Total do patrimônio líquido		17.248	(1.747)	15.501	32.179	-	32.179
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		271.173	(8.806)	262.367	275.377	(9.307)	266.070

A Administração efetuou as seguintes reclassificações:

- Balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2021: reclassificação para a rubrica de “Debentures”, no montante de R\$8.806 (passivo circulante R\$641 e não circulante R\$8.165), com o objetivo de adequar aos critérios de apresentação atualmente utilizados pela Companhia. Referidos montantes foram originalmente classificados na rubrica “Imobilizado”.
- Reclassificação de dividendos preferenciais, classificados originalmente na rubrica de “Patrimônio Líquido” para a rubrica de “Dividendos a pagar” no passivo circulate, no montante de R\$1.747 com o objetivo de adequar aos critérios de apresentação atualmente adotados pela Companhia.

- Demonstração de resultado por ação dos valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:
 - Reapresentação dos valores resultado por ação ordinárias básico e diluído no montante de prejuízo por ação de (R\$0,000) para (R\$0,168) ocasionado por divergência no cálculo do lucro por ação em 31 de dezembro de 2021 ora ajustada;
 - Reapresentação dos valores resultado por ação preferenciais básico e diluído no montante de prejuízo por ação de R\$0,756 para R\$0,718 ocasionado por divergência no cálculo do lucro por ação em 31 de dezembro de 2021 ora ajustada;
 - Os efeitos resultantes das reclassificações do balanço patrimonial não produziram efeitos materiais nas Demonstrações de resultado da Companhia, no momento em que a Administração optou por não reapresentar estes efeitos.
- Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:
 - Reapresentação do fluxo de caixa de atividades operacionais na rubrica “Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social” no montante inicialmente divulgado de (R\$4.931) para o montante de (R\$2.573), resultado da inclusão indevida do valor do lucro líquido do exercício de 2021 em detrimento do lucro antes do imposto de renda e contribuição social.
 - Reapresentação do fluxo de caixa de atividades operacionais na rubrica “Rendimento de aplicações financeiras vinculadas” sem valores divulgados em 31 de dezembro de 2021 para R\$2.338, efeito do impacto da reclassificação do montante do lucro líquido divulgado indevidamente como lucro antes do imposto de renda e contribuição social no item anterior.
 - Reclassificação de outros fluxos de caixa de atividades operacionais “Juros pagos sobre debêntures” no montante de R\$8.588, para a rubrica do fluxo de caixa das atividades de financiamento “Pagamento de principal de debêntures.

	31/12/2021		
	Originalmente apresentado	Ajustes	(Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.931)	2.358	(2.573)
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas	-	(2.338)	(2.338)
Outras contas a pagar	(329)	(20)	(349)
Outros fluxos de caixa de atividades operacionais:			
Juros pagos sobre debêntures	(20.450)	8.588	(11.862)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	15.230	8.588	23.818
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de principal de debêntures	-	(8.588)	(8.588)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(10.000)	(8.588)	(18.588)

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das seguintes categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável, utilizando o método de juros efetivos. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando a Companhia possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

(b) Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

(c) Depreciação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil e nas taxas de depreciação de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovado na resolução normativa nº 647, de 11 de agosto de 2015, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

(d) Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 10, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

(e) Valor recuperável de ativos

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(f) Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

(g) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(h) Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE (Câmara de Comércio de Energia Elétrica) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.

Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

(i) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Custos são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

(j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram calculados com base no lucro presumido. O resultado para fins de imposto de renda e contribuição social foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

(k) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

(l) Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações preferenciais e ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

(m) Encargos e Taxas Setoriais

Os encargos setoriais são criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional e seus valores constam de resoluções ou despachos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e são recolhidos pelas geradoras na forma da legislação vigente. Cada um dos encargos possui objetivos pré-definidos, sendo que o reconhecimento contábil das obrigações estabelecidas deve ocorrer simultaneamente ao dos itens que compõem a Receita Operacional, independentemente do desembolso financeiro dos recursos, respeitando-se o princípio da competência contábil.

(n) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

(o) Adoção de Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição
Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual	As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adota a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 21) – Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Não foram identificados impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido	As alterações à IAS 16 (CPC 27) Imobilizado proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 — Estoques (CPC 16). As alterações esclarecem ainda o significado de ‘testar se um ativo está funcionando adequadamente’. Atualmente, a IAS 16 (CPC 27) determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.
Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato	As alterações especificam que o ‘custo de cumprimento’ do contrato compreende os ‘custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020	As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas.

Pronunciamento	Descrição
	<u>IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade</u> - A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1.D16(a). <u>IFRS 9/CPC 48</u> - Instrumentos Financeiros: A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. <u>IFRS 16/CPC 06 (R2)</u> – Arrendamentos: A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. <u>IAS 41/CPC 29 – Agricultura</u> - A alteração exclui a exigência da IAS 41 para que as entidades excluam os fluxos de caixa de tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos. Isso alinha a mensuração do valor justo da IAS 41 às exigências da IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para que os fluxos de caixa e taxas de desconto sejam internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17/CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020 e dezembro de 2021)	Contratos de Seguros
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e IAS 28/CPC 18 (R2) (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações à IAS 8/CPC 23	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- a) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.
- b) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia revisa anualmente a vida útil residual estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que as taxas de depreciação atualmente utilizadas são julgadas representativas das vida úteis deles.
- c) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de cumprimento das condicionantes ambientais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como estimativas de gastos, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.
- d) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 20 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

6. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia avalia e considera relevante a exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base nas características dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, que são regulados e fiscalizados pela ANEEL e CCEE, na sistemática das vendas de energia no Ambiente Livre, que estabelece o recebimento anterior ao registro da energia em favor do comprador, e com base em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas.

- Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos de seus recursos aplicados financeiramente são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 97% e 101,5% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 6 e nº 7. A Companhia administra e mensura esses riscos por meio do planejamento de fluxo de caixa realizado.

Os passivos financeiros existentes abrangem os saldos de debêntures remunerada a IPCA + 5,3231%.

A Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na nota explicativa nº 22.

- Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção da usina de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragem.

Para prevenir impactos de eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou cobertura de seguros de risco operacional, conforme nota explicativa nº 21.

- Risco de liquidez

A Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

A Companhia emitiu debêntures que contêm cláusula restritiva (“covenants”) vinculada a Índice de Cobertura do serviço da Dívida – ICSD superior ou equivalente a 1,20, (anual). O não cumprimento dos *covenants* e demais disposições contratuais sujeitam a Companhia ao pagamento imediato e antecipado da dívida, bem como a reclassificação do saldo a vencer para o passivo circulante, conforme mencionado na nota explicativa nº 13. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava adimplente em relação a este requerimento.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Nota	Posição Contábil	Total Fluxo Futuro	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 8 anos
Fornecedores	12	4.202	4.202	794	3.408	-
Debêntures (*)	13	245.497	430.184	12.209	12.526	405.449
Total		249.699	434.386	13.003	15.934	405.449

(*) A posição contábil apresentada representa somente o saldo do principal registrado na data desconsiderando os seus custos de transação. Para maiores informações ver nota explicativa nº 13.

- Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa por meio do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado por meio de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

- Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo a da Companhia, está sujeita aos efeitos das variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País, enquanto participantes do MRE.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE.

Neste contexto, e conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, a Companhia realizou a opção pela repactuação do risco hidrológico, no montante de 19 MW médios, tendo como contrapartida o pagamento de prêmio. Dessa forma mitigou sobremaneira suas eventuais exposições contratuais.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Caixa e bancos	29	283
Aplicações financeiras	<u>4.155</u>	<u>6.690</u>
Total	<u>4.184</u>	<u>6.973</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB –junto ao Banco Itaú Unibanco e possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas de mercado a 101,50 % do CDI (em 2021, de 97 a 98,5%% do CDI).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Aplicações financeiras vinculadas (a)	26.985	23.459
Fundos de investimento (b)	<u>21.150</u>	<u>18.929</u>
Total	<u>48.135</u>	<u>42.388</u>

- a) As aplicações financeiras vinculadas são aquelas relativas às contas vinculadas à emissão de debêntures realizada pela Companhia, conforme apresentado no detalhamento abaixo. Para movimentar essas aplicações, a Companhia precisa da autorização do seu agente fiduciário. Esses investimentos consistem em aplicações em CDB, remunerados a taxa de mercado de 97 a 99% do CDI (100% em 2021) .

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Conta Centralizadora (i)	1.240	603
Conta Reserva (ii)	13.356	11.457
Conta Provisão (iii)	<u>12.389</u>	<u>11.399</u>
Total	<u>26.985</u>	<u>23.459</u>

- (i) Conta Centralizadora: É uma conta transitória, na qual são depositados todos os recebíveis da Companhia cedidos fiduciariamente ao Agente Fiduciário, conforme previsto nos contratos de emissão das Debêntures. O valor constante em 31/12/2022 aguardava apenas comando do Agente Fiduciário para transferência à conta livre movimento, o que ocorreu em janeiro de 2023.
- (ii) Conta Reserva: A conta reserva deve ser composta pelo Saldo Mínimo do Serviço da Dívida, que representa o somatório dos Juros e a parcela da amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures projetada para a próxima data de amortização das Debêntures ("Saldo Mínimo do Serviço da Dívida").
- (iii) Conta Provisão: É composta pelos recursos provisionados os quais deverão ser utilizados para pagamento da próxima parcela dos Juros e amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado ou para fazer frente aos Gastos Essenciais, conforme disposto na Escritura de Emissão das Debentures. Para tanto, o Agente Fiduciário orienta o Banco Administrador a reter, mensalmente, o valor correspondente a no máximo 1/6 (um sexto) do Saldo Mínimo do Serviço da Dívida dos recursos depositados na Conta Centralizadora.

- b) Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa junto ao Banco Itaú e são remuneradas a taxas de mercado a 107,03 a 116,87% do CDI (131,90% em 2021). Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

9. CONTAS A RECEBER

	31/12/22	31/12/21
Clientes Energia Elétrica Faturada	1.704	1.989
Clientes Energia Elétrica a Faturar	5.252	4.190
Total	6.956	6.179
Contas a receber por idade de vencimento		
	31/12/22	31/12/21
A vencer	6.477	5.486
Vencidos:		
Até 30 dias (a)	479	693
Total	6.956	6.179

- a) A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base nas características dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, que são regulados e fiscalizados pela ANEEL e CCEE, na sistemática das vendas de energia no Ambiente Livre, que estabelece o recebimento anterior ao registro da energia em favor do comprador, e com base em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber.

10. IMOBILIZADO

(a) Composição do imobilizado

	Taxa média de depreciação % a.a.	31/12/2022		31/12/2021 (reapresentado)	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	12.365	-	12.365	12.377
Usina		187.572	(14.026)	173.546	173.778
Turbina Hidráulica	2,50%	33.337	(2.426)	30.911	31.744
Geradores	3,33%	11.993	(1.215)	10.778	11.178
Comporta	3,33%	6.753	(731)	6.022	6.247
Estrutura de tensão	3,51%	540	(63)	477	5.384
Casa de força produção hidráulica	3,33%	23.324	(1.475)	21.849	22.193
Reservatório, barragem, adutora	2%	93.641	(5.977)	87.664	82.479
Outras máquinas e equipamentos	3,75%	17.984	(2.139)	15.845	14.553
Estoque de peças sobressalentes		1.448	-	1.448	1.212
Construções em andamento	-	-	-	-	27
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	113
Provisão para gastos socioambientais	-	804	-	804	2.502
Custos de empréstimos capitalizados	3,33%	9.042	(983)	8.059	9.490
Outros	8,44%	-	-	-	2.387
		211.231	(15.009)	196.222	201.886

(b) Movimentação do imobilizado

2022

	31/12/21 (reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	31/12/22
Custo:					
Terrenos	12.377	297	-	(309)	12.365
Turbina hidráulica	33.337	-	-	-	33.337
Gerador	11.993	-	-	-	11.993
Comporta	6.753	-	-	-	6.753
Estrutura de tensão	5.816	-	-	(5.276)	540
Casa de força produção hidráulica	23.204	120	-	-	23.324
Reservatório, barragem, adutora	86.320	211	-	7.111	93.642
Adiantamento a fornecedor	113	-	(107)	(6)	-
Outras máquinas e equipamentos	15.331	39	-	2.614	17.984
Construções em andamento	27	832	(859)	-	-
Imobilizado em curso	1.212	178	(2)	60	1.448
Custos de empréstimos capitalizados	10.485	-	(1.443)	-	9.042
Provisão para gastos socioambientais	2.502	-	(902)	(797)	803
Outros	3.397	-	-	(3.397)	-
Total	212.867	1.677	(3.313)	-	211.231
(-) Depreciação:					
Turbina hidráulica	(1.593)	(833)	-	-	(2.426)
Gerador	(815)	(400)	-	-	(1.215)
Comporta	(506)	(225)	-	-	(731)
Estrutura de tensão	(432)	(19)	-	388	(63)
Casa de força produção hidráulica	(1.011)	(464)	-	-	(1.475)
Reservatório, barragem, adutora	(3.841)	(1.858)	-	(278)	(5.977)
Outras máquinas e equipamentos	(778)	(691)	-	(670)	(2.139)
Custos de empréstimos capitalizados	(1.445)	(995)	1.457	-	(983)
Outros	(560)	-	-	560	-
Total	(10.981)	(5.485)	1.457	-	(15.009)
Imobilizado Líquido	201.886	(3.808)	(1.856)	-	196.222

2021

	31/12/20	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/21 (reapresentado)
Custo:						
Terrenos	12.373	4	-	-	-	12.377
Turbina hidráulica (a)	32.302	3.206	(3.922)	1.751	-	33.337
Gerador	11.768	225	-	-	-	11.993
Comporta	6.753	-	-	-	-	6.753
Estrutura de tensão	5.816	-	-	-	-	5.816
Casa de força produção hidráulica	23.162	42	-	-	-	23.204
Reservatório, barragem, adutora	85.772	161	-	387	-	86.320
Adiantamento a fornecedor	1.591	1.014	-	(2.492)	-	113
Outras máquinas e equipamentos	13.649	427	-	946	-	15.331
Construções em andamento	0	27	-	-	-	27
Imobilizado em curso	1.212	-	-	-	-	1.212
Custos de empréstimos capitalizados	19.291	-	-	-	(8.806)	10.485
Provisão para gastos socioambientais	3.149	-	-	(647)	-	2.502
Outros	3.708	84	-	55	(141)	3.397
Total	220.546	5.190	(3.922)	-	(8.947)	212.867

	31/12/20	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/21 (reapresentado)
(-) Depreciação:						
Turbina hidráulica	(892)	(701)	-	-	-	(1.593)
Gerador	(419)	(396)	-	-	-	(815)
Comporta	(281)	(225)	-	-	-	(506)
Estrutura de tensão	(247)	(185)	-	-	-	(432)
Casa de força produção hidráulica	(547)	(464)	-	-	-	(1.011)
Reservatório, barragem, adutora	(2.124)	(1.717)	-	-	-	(3.841)
Outras máquinas e equipamentos	(675)	(103)	-	-	-	(778)
Custos de empréstimos capitalizados	(803)	(642)	-	-	-	(1.445)
Outros	(53)	-	-	-	(507)	(560)
Total	(6.041)	(4.433)	-	-	(507)	(10.981)
Imobilizado Líquido	214.505	757	(3.922)	-	(9.454)	201.886

- (a) A baixa mais relevante do período, no valor de R\$3.822, foi relacionada com a substituição em garantia pelo fornecedor de parte da turbina (rotor) da unidade geradora 3. Essa mesma transação teve efeito semelhante nas adições no período, com a entrada em operação do novo rotor.

(c) Valor recuperável dos ativos.

Anualmente a Companhia avalia o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. A Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

11. INTANGÍVEL

(a) Composição do intangível

	Taxa de Amortização	31/12/2022	31/12/2021
Servidões	-	529	529
Software	20%	33	54
Medidas compensatórias	10 a 25%	2.507	3.051
		<u>3.069</u>	<u>3.634</u>

(b) Movimentação do intangível

2022

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Custo:				
Servidões	529	-	-	529
Software	75	-	-	75
Medidas compensatórias	4.369	844	(600)	4.613
	<u>4.973</u>	<u>844</u>	<u>(600)</u>	<u>5.217</u>
(-) Amortização:				
Software	(27)	(15)	-	(42)
Medidas compensatórias	(1.312)	(794)	-	(2.106)
	<u>(1.339)</u>	<u>(809)</u>	<u>-</u>	<u>(2.148)</u>
Intangível líquido	<u>3.634</u>	<u>35</u>	<u>(600)</u>	<u>3.069</u>

2021

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo:				
Servidões	529	-	-	529
Software	75	-	-	75
Medidas compensatórias	2.700	1.663	-	4.363
P&D	216	-	(216)	-
	<u>3.520</u>	<u>1.663</u>	<u>(216)</u>	<u>4.967</u>
(-) Amortização:				
Software	(22)	-	-	(22)
Medidas compensatórias	(517)	(794)	-	(1.311)
	<u>(539)</u>	<u>(794)</u>	<u>-</u>	<u>(1.333)</u>
Intangível líquido	<u>2.981</u>	<u>869</u>	<u>(216)</u>	<u>3.634</u>

12. FORNECEDORES

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Fornecedores de materiais e equipamentos	4.152	3.603
Retenções contratuais (a)	50	50
Outros fornecedores	-	135
Total	<u>4.202</u>	<u>3.788</u>

- (a) As retenções contratuais são valores retidos nas notas fiscais de prestação de serviços dos fornecedores contratados para executarem o serviço de implantação da usina conforme contratos firmados entre as partes.

13. DEBÊNTURES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de agosto de 2019, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia, tendo sido emitidas R\$210.000 (duzentos e dez mil) debêntures, as quais foram negociadas pelo seu valor nominal, de R\$1 mil.

Conforme disposto na Escritura de Emissão de Debêntures, o pagamento da remuneração aos debenturistas será efetuado em 31 parcelas intercaladas semestralmente, tendo a primeira parcela sido paga em 15/07/2020.

a) Composição das Debêntures

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Último vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u> (reapresentado)
Debêntures	210.000	1	15/07/2035	IPCA + 5,3231%a.a.	245.497	242.809
(-) Custo com transação com debentures					<u>(8.167)</u>	<u>(8.806)</u>
Total					<u>237.330</u>	<u>234.003</u>
Circulante					17.038	15.575
Não circulante					220.292	218.428

b) Movimentação das Debêntures e Instrumento financeiro derivativo

Saldo em 31 de dezembro de 2020	228.512
Encargos financeiros sobre debêntures	34.747
Adição no custo de transação	(9.446)
Apropriação no custo de transação	640
Pagamento de juros	(11.862)
Pagamento de principal	(8.588)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>234.003</u>
Encargos financeiros sobre debêntures	26.173
Apropriação no custo de transação	639
Pagamento de juros	(12.705)
Pagamento de principal	(10.780)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>237.330</u></u>

c) Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2024	11.491
2025	12.601
2026	13.842
2027	15.005
2028	16.511
2029-2035	<u>158.368</u>
Total	<u><u>227.818</u></u>

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - “covenants”

Como garantia da emissão de debêntures, a Companhia cedeu fiduciariamente aos debenturistas direitos creditórios de sua titularidade, bem como contratou fianças bancárias a serem emitidas por instituições financeiras em favor dos debenturistas (“Garantias da Operação”).

Em 23 de dezembro de 2020, considerando o cumprimento do evento de “Conclusão do Projeto”, atestado pelo Agente Fiduciário, a Companhia conseguiu a exoneração (baixa) da Fiança bancária junto a instituição financeira.

Além das garantias cedidas, a Escritura de Emissão de Debêntures e os contratos que regulam as Garantias da Operação determinam o cumprimento de condições específicas (*covenants*) de natureza financeiras pela Companhia, em especial a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20 ou superior, sendo que se estiver entre 1,10 e 1,20, a Companhia terá que cumprir outras condições previstas na Escritura de Emissão. O não cumprimento dos *covenants* e demais disposições contratuais sujeitam a Companhia ao pagamento imediato e antecipado da dívida, bem como a reclassificação do saldo a vencer para o passivo circulante.

A companhia encontra-se adimplente com as exigências em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu apresentando um índice de ICSD 1,65 (em 2021 atingiu 1,77).

14. PROVISÃO PARA COMPROMISSOS FUTUROS

Para a implantação e operação da UHE, a Companhia precisa cumprir alguns requerimentos previstos no processo de licenciamento ambiental. Em 31 de dezembro de 2022, a composição do saldo segue abaixo:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Programas de revegetação e supressão (a)	1.102	1.280
Programas de compensação ambiental e indenizações (b)	844	1.221
Monitoramento ambiental (c)	-	2.478
Total	<u>1.946</u>	<u>4.979</u>
Circulante	1.946	3.938
Não Circulante	-	1.041
Total	<u>1.946</u>	<u>4.979</u>

- (a) Refere-se a serviços de supressão de vegetação necessárias à formação do reservatório da UHE Tibagi Montante, bem como à recuperação de Áreas de Preservação Permanente, conforme Condicionante da Licença de Instalação (LI).
- (b) Refere-se a compensações ambientais conforme previsto no artigo 17 da Lei nº 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica), bem como provisões para o cumprimento do previsto no art. 36 da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, e pagamento de indenizações, conforme condicionantes da Licença de Instalação (LI).
- (c) Refere-se a execução das atividades de monitoramento e conservação ambiental da UHE Tibagi Montante, conforme condicionantes e programas ambientais definidos na Licença de Operação (LO).

A movimentação do saldo da provisão é apresentada a seguir:

2022

	<u>31/12/21</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Liquidações</u>	<u>Atualização Financeira</u>	<u>31/12/22</u>
Compromissos socioambientais	2.502	-	(902)	(796)	298	1.102
Provisão p/ medidas compensatórias	<u>2.477</u>	<u>844</u>	<u>(600)</u>	<u>(2.171)</u>	<u>294</u>	<u>844</u>
Total	<u>4.979</u>	<u>844</u>	<u>(1.502)</u>	<u>(2.967)</u>	<u>592</u>	<u>1.946</u>
Passivo circulante	3.938					1.946
Passivo não circulante	1.041					-

2021

	<u>31/12/20</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Liquidações</u>	<u>31/12/21</u>
Compromissos socioambientais	3.150		(122)	(526)	2.502
Provisão p/ medidas compensatórias	<u>2.064</u>	<u>1.663</u>		<u>(1.250)</u>	<u>2.477</u>
Total	<u>5.214</u>	<u>1.663</u>	<u>(122)</u>	<u>(1.776)</u>	<u>4.979</u>
Passivo circulante	3.130				3.938
Passivo não circulante	2.084				1.041

15. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia possui riscos relativo a questões ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Ambientais	<u>5.113</u>	<u>-</u>
	<u>5.113</u>	<u>-</u>

São ações ambientais, cujo réu é a Companhia, e discutem principalmente, irregularidades ambientais pela redução de vazão no leito do rio causando a mortandade de peixes e suposta destruição de floresta secundária em área de mata atlântica.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é em 31 de dezembro de 2022 de R\$11.752 (em 2021 R\$19.752), representado por 38.442.852 ações ordinárias em 2022 e 2021, e 2.135.646 ações preferenciais em 2022 e 2021, todas nominativas e sem valor nominal, não conversíveis e distribuídas entre os acionistas da Companhia da seguinte forma:

Acionistas	<u>31/12/22</u>			<u>31/12/21</u>		
	<u>Ações</u>			<u>Ações</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>%</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>%</u>
Tibagi Participações e Investimentos S.A.	27.974.863	-	68,94%	27.974.863	-	68,94%
Parh Participações em Hidrelétricas S.A.	10.467.989	-	25,80%	10.467.989	-	25,80%
Guartela Energia SPE S.A.	-	2.135.646	5,26%	-	2.135.646	5,26%
Total	<u>38.442.852</u>	<u>2.135.646</u>	<u>100,00%</u>	<u>38.442.852</u>	<u>2.135.646</u>	<u>100,00%</u>

As ações ordinárias de emissão da Companhia conferem aos seus detentores o direito a voto nas assembleias gerais. Já as ações preferenciais não conferem direito a voto a seus titulares, mas, em contrapartida, atribuem prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação da Companhia, e fazem jus a dividendo preferencial, calculado nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia.

Redução de capital2022

Em 26 de setembro de 2022, por meio de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a redução de capital da Companhia no montante de R\$8.000, mediante pagamento de restituições aos acionistas, passando de R\$19.752 em 2021 para R\$11.752 em 2022, conforme mencionado acima, sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Companhia, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A..

2021

Na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 14 de outubro de 2021, foi aprovada nova redução do capital social no valor de R\$10.000, sem cancelamento de ações de emissão da Companhia, passando de R\$29.752 para R\$19.752, mediante pagamento da restituição aos acionistas, na proporção de sua participação no social da Companhia.

(b) Reservas

Reserva de capital

Constituída pelos sócios, em 2017, pelo valor de R\$10.000 com o objetivo principal de proteção ao empreendimento. Em 2020, foi aprovado a sua utilização, no valor de R\$7.100, para aumento de capital social. Em 2021, do saldo de R\$2.900 da reserva de capital, o montante de R\$1.747 foi utilizado para liquidação dos dividendos preferenciais. Para o exercício findo em 2022, a Companhia está propondo a utilização do saldo remanescente, R\$1.153 para compensação do saldo de prejuízo acumulado de anos anteriores no valor de R\$5.404.

	<u>31/12/22</u>
Prejuízo acumulado de exercícios anteriores	(5.404)
Compensação do prejuízo acumulado com reserva de capital	<u>1.153</u>
Saldo líquido de prejuízo acumulado	<u>(4.250)</u>

Reservas de lucros(a) Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 constitui-se o valor de R\$124 enquanto para o ano de 2021 não houve constituição de reserva legal pelo fato da Companhia ter apurado prejuízo.

(b) Dividendos ações ordinárias

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram calculados conforme segue:

	<u>31/12/22</u>
Lucro líquido do exercício	6.726
Compensação de prejuízo acumulado	(4.250)
Lucro líquido do exercício pós compensação dos prejuízos acumulados	2.475
(-) Reserva Legal (5%)	<u>(124)</u>
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>2.351</u>
Dividendos especiais preferenciais	(1.407)
Dividendos ações ordinárias	(588)
Dividendos adicionais	(356)

(c) Dividendo Especial (ações preferenciais)

Conforme expresso no acordo de acionistas da Companhia, durante o período compreendido entre (i) o início da operação da UHE e (ii) a quitação do financiamento da Companhia, o titular das ações preferencias terá direito a um dividendo especial, prioritário e cumulativo, calculado com base nas regras dispostas no acordo de acionistas ("Dividendo Especial").

Durante esse período, as ações preferencias não participarão da distribuição de qualquer remanescente do lucro da Companhia, de modo que não farão jus à distribuição de qualquer valor adicional a título de dividendos que não o Dividendo Especial.

O Dividendo Especial relativo ao exercício social de 2022 e de 2021, calculado conforme acordo de acionistas, é o seguinte:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Dividendo especial das ações preferenciais	1.407	1.747

Em 28 de março de 2022, por meio de Ata de Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o pagamentos dos dividendos especiais aos preferencialistas, no valor de R\$1.747, debitando-os à conta dos valores disponíveis na Reserva de Capital. O valor dos dividendos especiais calculados para o exercício findo em 2022 no montante de R\$1.407 permanece em aberto até a aprovação destas Demonstrações Financeiras de 2022.

17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Receita bruta	55.283	50.152
Deduções à receita bruta		
PIS	(359)	(326)
COFINS	(1.659)	(1.504)
Outras deduções	(1.750)	(1.502)
Total das deduções da receita bruta	<u>(3.768)</u>	<u>(3.332)</u>
Receita líquida de vendas	<u>51.515</u>	<u>46.820</u>

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Aquisição de energia	(294)	(697)
Serviços de terceiros	(2.266)	(1.573)
Salários	(2.505)	(2.310)
Depreciações e amortizações (*)	(5.617)	(5.875)
Obrigações sociais	(808)	(747)
Doações	(840)	(120)
Seguros apropriados	(736)	(781)
Aluguéis	(35)	(40)
Viagens e estadas	(41)	(49)
CCEE - Taxa associativa (i)	(16)	(17)
RRH - Repactuação do risco hidrológico (ii)	(4.276)	(3.569)
TUSD - Tarifa de uso de sistema de distribuição (iii)	(1.120)	(899)
Tributos	(572)	(148)
Outras despesas	(125)	(51)
Total	<u>(19.251)</u>	<u>(16.876)</u>
Classificadas como:		
Custo de produção de energia	(15.197)	(12.443)
Gerais e administrativas	(4.054)	(4.549)
Outras receitas	-	116
Total	<u>(19.251)</u>	<u>(16.876)</u>

(*) Estão sendo reduzidos aos valores de amortização e depreciação os valores referente a contabilização do CPC 08 no montante de R\$677 em 31 de dezembro de 2022 (R\$648 em 2021) decorrentes da reapresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

(i) CCEE - Taxa associativa: contribuição associativa paga para manutenção e funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), associação civil e privada, sem fins lucrativos, responsável por viabilizar a comercialização de energia elétrica no Brasil.

(ii) RRH - Repactuação do risco hidrológico: prêmio pago mensalmente à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeira Tarifária – CCRBT como contrapartida pela repactuação do risco hidrológico, conforme Termo de Repactuação do Risco Hidrológico – ACR firmado junto à ANEEL.

(iii) TUSD - Tarifa de uso de sistema de distribuição: encargo de uso do sistema de distribuição pago pelo gerador (Acessante) à distribuidora conforme estabelecido em Contrato de Uso do Sistema De Distribuição - CUSD.

Remuneração aos Administradores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve remuneração aos administradores no total de R\$658 (R\$589 em 2021). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/22	31/12/21
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicação financeira	5.778	2.338
Variação monetária ativa	-	8
Outras receitas financeiras	8	-
Subtotal	5.786	2.346
<u>Despesas financeiras</u>		
Encargos financeiros sobre debêntures	(26.173)	(34.747)
Outras despesas financeiras	(1.505)	(116)
Subtotal	(27.678)	(34.863)
Resultado Financeiro Total	(21.892)	(32.517)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido.

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita Corrente	55.283	55.283	50.152	50.152
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	5.785	5.785	2.462	2.462
Base de cálculo	10.208	12.419	6.474	8.480
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	(2.552)	(1.118)	(1.619)	(763)
Diferença de alíquota (*)	24	-	24	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.528)	(1.118)	(1.595)	(763)

(*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IRPJ é de 15%.

21. COBERTURA DE SEGUROS

Seguro "Directors&Officers" (D&O)

A Companhia renovou a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 19 de julho de 2023 no montante de R\$20.000.

Seguro de responsabilidade civil

A Companhia renovou o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, com vigência até 04 de outubro de 2023 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiro.

Seguro de operação

Em 04 de outubro de 2022, com vigência até 04 de outubro de 2023, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$275.488 e lucro bruto no montante de R\$94.535.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalente de caixa	6	4.184	6.973
Aplicações financeiras	7	48.135	42.388
Contas a receber	8	6.956	6.179
Total		<u>59.275</u>	<u>55.540</u>
<u>Passivos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores	11	4.202	3.788
Debêntures	12	245.497	242.809
Outros passivos		768	1.296
Total		<u>250.467</u>	<u>247.893</u>

A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado.

Os valores justos são calculados projetando-se os fluxos futuros das operações com base na projeção das curvas de taxa de juros. Eles são trazidos a valor presente utilizando os dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado. A Companhia entende que saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros listados no quadro acima se aproximam dos seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2022, com exceção dos saldos de debentures, cujos valores justos na referida data-base foram estimados com base no nível 2 da hierarquia, conforme segue:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Debêntures - IPCA + 5,3231%a.a.	245.497	242.809

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (13,75 %) e IPCA (5,92%) no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 (fonte Boletim Focus, datado de 30 de dezembro de 2022). Tais taxas foram sensibilizados em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente. A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

Operação	Nota	Exposição 31/12/22	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes						
de caixa	6	4.184	Baixa do CDI	575	431	288
Aplicação financeira	7	34.779	Baixa do CDI	4.782	3.587	2.391
			Aumento do			
Debêntures	12	245.497	IPCA	(27.601)	(34.502)	(41.402)

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa por meio do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado por meio de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

23. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do período atribuído aos detentores das ações ordinárias e preferenciais pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do resultado atribuído aos detentores das ações ordinárias e preferenciais pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do resultado por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	31/12/22	31/12/21 (reapresentado)
Resultado	6.726	(4.931)
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	38.443	38.443
Média ponderada das ações preferenciais disponíveis (em milhares)	2.136	2.136
Resultado por ação ordinárias básico e diluído - R\$	0,138	(0,168)
Resultado por ação preferenciais básico e diluído - R\$	0,659	0,718

O resultado por ação não se confunde diretamente com os dividendos, os quais possuem metodologia específica para o cálculo.

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A seguir as transações do exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	(1.502)	-
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	844	1.663
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado e intangível	(65)	-
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social com IRRF e CSRF	522	-
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	(1.502)	-

25. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

Composição do Conselho de Administração

José Guilherme Antloga do Nascimento -
Presidente

Márcio Barata Diniz -
Conselheiro

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho -
Conselheiro

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto
Diretor

Rodrigo Furst Gonçalves Silva
Diretor

Braulio Rios Sá
CRC MG - 117577/O-2
Contador